

## PLANO DE AÇÃO PARA A JUVENTUDE: PROPOSTA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Ana Carolina Vieira Lubambo de Britto (PPGFP / UEPB)<sup>1</sup>  
[carollubambo2012@gmail.com](mailto:carollubambo2012@gmail.com)

Dra. Paula Almeida de Castro (PPGFP/UEPB)<sup>2</sup>  
[emailsdapaula@gmail.com](mailto:emailsdapaula@gmail.com)

Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (PPGFP/UEPB)<sup>3</sup>  
[crisrina-aragao21@hotmail.com](mailto:crisrina-aragao21@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo propor às escolas da rede regular de ensino a criação de espaços e aplicação de práticas pedagógicas interdisciplinares que promovam os estudantes através de atividades voltadas para o protagonismo dos jovens, permitindo um maior envolvimento e sucesso no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos. Utiliza como referência a metodologia desenvolvida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano e discute a interferência do professor e a necessidade da formação docente voltada às especificidades das juventudes.

**Palavras-chave:** Juventude; práticas pedagógicas; interdisciplinaridade; formação docente.

### ABSTRACT

This article aims at proposing the public schools interdisciplinary teaching practices; it focuses on the role of young people, allowing greater commitment and success in the teaching and learning processes involving the students. As a reference, criteria is based upon the methodology developed by the National Youth Inclusion Programme - or Urban ProJovem and discusses the importance of the teacher and the need for teacher training dedicated to the specific attributes of juveniles in question.

**Keywords:** Youth; pedagogical practices; interdisciplinarity; teacher training

### INTRODUÇÃO

A juventude, parcela da sociedade que compreende a população na faixa etária entre 15 e 29 anos, por muito tempo foi caracterizada apenas como fase transitória entre adolescência e a idade adulta, resguardando também qualidades específicas e que se

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores.

<sup>2</sup> Doutora em Educação.

<sup>3</sup> Doutora em Educação.

manifestam de diferentes maneiras histórica e culturalmente (BRASIL, 2006). A partir da década de 1990 a juventude ganhou projeção no espaço público brasileiro ao ser afetada de forma intensa pelas profundas desigualdades socioeconômicas que geraram dificuldades de diversos tipos e marcaram os jovens como vítimas e ao mesmo tempo protagonistas dos problemas sociais (FREITAS; PAPA, 2008).

Entre os principais problemas com os quais se deparam os jovens brasileiros e que os colocam em condição de vulnerabilidade, destacam-se: acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares, baixo acesso às atividades de lazer e cultura, inadequação da qualificação para o mundo do trabalho, envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio).

De modo a interferir no cenário excludente da juventude e fazer um contraponto aos problemas que inscreveram os jovens no mundo contemporâneo como questão social, surgiram espaços de prestígio à juventude e reconhecimento como sujeitos de direito, devido a idade ativa em que se encontram. Os jovens passaram a ser delineados como atores estratégicos de desenvolvimento ao tempo em que a conotação problemática da juventude foi enfraquecida permitindo o incentivo a investimentos voltados a esse segmento da sociedade nas áreas de educação, e a inclusão de corte geracional no campo da saúde, qualificação profissional, uso do tempo livre e incentivo a participação política juvenil (AQUINO, 2009).

No ano de 2003 iniciou-se a discussão sobre a importância das Políticas Públicas de Juventude (PPJ), abrindo espaço para a construção da Política Nacional de Juventude (PNJ), pautada em programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro que aposta na criação de condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do país. Instituída em 2005 pelo Governo Federal, a PNJ compreendeu a implantação simultânea da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e o desenvolvimento do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (BRASIL, 2011).

No ano de 2007, representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento, constituíram o Grupo de Trabalho “GT Juventude” com a responsabilidade de ampliar, reforçar e integrar ações voltadas para a juventude. Como encaminhamento dado pelo GT Juventude, no ano de 2008, foi lançado o ProJovem Integrado, composto por quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador, ProJovem Campo e ProJovem Urbano, com a missão de assegurar direitos universais e oportunidades para todos (ALVES, 2009).

Em conformidade a esse crescente movimento que prima por elevar a juventude a um status de melhor qualidade de vida, testemunhamos os direitos dos jovens ganharem novo enfoque social, a partir da aprovação da Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, princípios e as diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que possibilita ainda a ampliação de programas e ações em torno desta temática, nas três esferas do governo (BRASIL, 2013).

O interesse por esta temática é fruto da minha participação no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, do ano de 2006 até 2012, inicialmente como professora do município de João Pessoa, e posteriormente como formadora de professores e Coordenadora Pedagógica do Programa no Estado da Paraíba. Essa experiência me oportunizou acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes e despertou o interesse em pesquisar o que de fato existe nas práticas pedagógicas do ProJovem Urbano que contribuem para o protagonismo e sucesso escolar dos jovens.

Nessa perspectiva, o presente estudo vem apresentar uma proposta de ação pedagógica voltada aos jovens, estudantes da rede regular de ensino e EJA, que se baseia nas experiências do ProJovem Urbano acima descritas. Tem por objetivo propor a criação de espaços e aplicação de práticas pedagógicas interdisciplinares que promovam os estudantes através de atividades voltadas para o protagonismo dos jovens, permitindo assim maior envolvimento e sucesso no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento desse estudo foram analisadas as propostas do ProJovem Urbano, programa voltado para a etapa de Ensino Fundamental e modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem como meta proporcionar a formação integral de jovens entre 18 e 29 anos, alfabetizados mas que não concluíram o ensino fundamental.

O referido programa utiliza como diretriz um Projeto Pedagógico Integrado (PPI), cujo currículo se baseia na articulação de três dimensões: Educação Básica, Participação Cidadã e Qualificação Profissional. Desenvolve atividades pedagógicas em 18 meses de aula, com carga horária total de 2000 horas, sendo 1440 de atividades presenciais e 560 de atividades não presenciais, distribuídas em seis Unidades Formativas, onde se estabelecem conexões por meio de Eixos Estruturantes e Temas Integradores voltados a realidade da Juventude atual (BRASIL, 2008).

Estruturado de modo a garantir espaços de tempo destinados às três dimensões, a saber: Educação Básica (14 horas semanais), Participação Cidadã (01 hora semanal) e Qualificação Profissional (05 horas semanais), o manejo de conteúdos de cada componente curricular é dado pela equipe de professores que, em tempos de aula previamente determinados, exerce dupla função no Programa: a de professor especialista (16 horas semanais), ao lidar com os conhecimentos específicos de suas disciplinas/áreas de conhecimento e a de Professor Orientador - PO (04 horas semanais), ao mediar as discussões em torno de temáticas de relevância para juventude.

Instrumentos institucionais do Programa como Sínteses Integradoras (produções textuais temáticas), Cadernos de Registro de Avaliação (CRA), Caderno do Projeto de Orientação Profissional (POP), Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA), Atividades Não Presenciais e Agenda do Estudante, articulam-se aos conteúdos curriculares e registram os desdobramentos dessa proposta pedagógica, atribuindo ao Professor Orientador uma função diferenciada no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

É o Professor Orientador que utiliza os instrumentos institucionais do Programa e os tempos de aula reservados à interdisciplinaridade para garantir aos estudantes,



espaços para revelação dos conteúdos aprendidos ao longo das aulas de disciplinas específicas. Isso se dá por meio da interligação dos conteúdos entre si e de cada conteúdo com o tema integrador trabalhado a cada quinzena, sendo esses temas excelentes conectores de saberes e importantes elementos promotores da autonomia e protagonismo juvenil.

Para isso, as aulas de interdisciplinaridade são planejadas coletivamente a cada quinzena/tema integrador destinado a esse período, para que de forma detalhada, esse plano de aula possa auxiliar o Professor Orientador a explanar a temática em pauta, desenvolvendo estratégias motivadoras que geralmente são sequenciadas da seguinte maneira: apresentação da situação desencadeadora; discussão do tema a partir de questões problematizadoras; desdobramento da temática com a realização de atividade/s prática/s que instigue/m as conexões dos conteúdos; promoção da ampliação da consciência por meio de relato e reflexão de experiências; e registro da vivência com produção textual.

A avaliação do processo de crescimento pedagógico e pessoal dos alunos é feito de forma processual, utilizando o “Caderno de Registro de Avaliação” onde fichas de análise qualitativa são convertidas em pontuações a partir de conceitos atribuídos pelo próprio estudante sob a supervisão de seu Professor Orientador (Brasil, 2008). Esta avaliação processual de Professores Orientadores e a autoavaliação dos estudantes durante os 18 meses de execução do Programa, registram para a maioria dos jovens, ganhos significativos de motivação, confiança, autonomia, determinação e evolução de saberes.

No nosso entendimento, essas conquistas podem ser atribuídas às estratégias assertivas de abordagem de conteúdos e conexões seguras destes com temáticas curriculares que fazem sentido para o público de jovens que o ProJovem Urbano atende, destacando ainda o estabelecimento e sedimentação de vínculos positivos entre alunos e professores orientadores, que resultam em interferências significativas no aprendizado de conhecimentos específicos, cujos avanços já foram medidos e registrados por indicadores educacionais.

Nessa perspectiva, o presente estudo vem apresentar uma proposta de ação interdisciplinar voltada aos jovens e estudantes da rede regular de ensino e EJA, intitulada “Plano de Ação de Juventude”, que se baseia nas experiências do ProJovem Urbano acima descritas. Para implantá-la nas escolas, consideramos ser de fundamental importância realizar previamente as etapas relacionadas abaixo:

- 1- Identificar na unidade escolar um professor com perfil articulador de jovens (Professor Articulador) que tenha carga horária disponível no contra turno das aulas dos estudantes, e que se reconheça como sujeito mediador de conflitos e capaz de promover a juventude em seus espaços de direito, entre os quais, a escola e a comunidade em que residem;
- 2- Discutir a proposta com a equipe gestora e demais professores, a fim de estabelecer um cronograma de temáticas a serem trabalhadas com os jovens que dialogue constantemente com os conteúdos curriculares das disciplinas e que possam refletir os anseios das juventudes;
- 3- Apresentar a proposta à comunidade escolar, a fim de garantir a inserção da mesma no Projeto Político Pedagógico (PPP), possibilitando sua execução em harmonia com o tema gerador escolhido para o ano letivo e sem conflitos com os demais projetos;
- 4- Conquistar os estudantes a integrarem o grupo de jovens protagonistas desta proposta de ação interdisciplinar. Para isso, é importante que se estabeleça o diálogo com os jovens que se afirmam enquanto lideranças na escola, a exemplo dos representantes de classe e integrantes de grêmios estudantis, de modo a somar esforços para mobilizar turmas e tribos em prol da transformação de realidades;
- 5- Discutir e ajustar com os jovens as temáticas e cronograma de execução das ações previamente selecionadas, de modo a estabelecer com o grupo um espaço democrático e participativo, que se fortaleça com o diálogo, compromisso e decisão do coletivo;
- 6- Propor aos estudantes a denominação do grupo, criando também uma identidade visual que represente a juventude dessa escola;
- 7- Na abordagem de temáticas selecionadas para os encontros do grupo, seguir o roteiro descrito anteriormente neste artigo, e em acordo com o cronograma definido com os jovens;
- 8- Elaborar e executar o Plano de Ação de Juventude, em paralelo a abordagem das temáticas selecionadas pelo grupo, cujas etapas são sugeridas neste artigo.

O Plano de Ação de Juventude é um instrumento a ser construído pelo grupo de jovens em parceria com o seu Professor Articulador que se destina a realizar uma ação concreta em prol da juventude da escola e/ou da comunidade em que residem. É uma

adaptação do instrumento utilizado pelos professores da Dimensão de Participação Cidadã do ProJovem Urbano, que é denominado Plano de Ação Comunitária – PLA (Brasil, 2008) e assim como este, estabelece uma sequência didática responsável por colocar os jovens no centro das questões sociais em que estão envolvidos, questionando-os e incentivando-os à tomada de consciência e atitude em prol da melhoria de sua condição de vida e de seus pares.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O Plano de Ação de Juventude, sequência didática instrumentalizada sugerida neste artigo, deve possibilitar evidenciar o recorte das questões da sociedade que mais marcam a juventude, conforme etapas abaixo descritas:

- 1- Identificação do grupo de autores do Plano de Ação de Juventude: nomes, características do grupo e habilidades dos participantes;
- 2- Apresentação da realidade local em que está inserida a juventude para a qual se pretende desenvolver o Plano de Ação de Juventude: descrever a realidade social em que os jovens estão inseridos, levantadas por meio de pesquisas, entrevistas e visitas;
- 3- Elaboração de um mapa de desafios: identificar os desafios a que estão sujeitos os jovens para o qual se pretende desenvolver o Plano de Ação de Juventude, relacionando à essas necessidades os problemas, causas e ideias que podem garantir a melhoria da qualidade de vida dos mesmos;
- 4- Construção do Plano de Ação de Juventude: identificar o Plano com título, local de execução, foco da ação, público alvo, justificativa, objetivos gerais, resultados esperados, atividades planejadas e vinculadas aos recursos necessários, aos responsáveis e cronograma de atuação;
- 5- Comprometimento dos jovens com a execução do Plano de Ação de Juventude: formular e assinar um termo de compromisso que garanta a efetivação das atividades planejadas por cada jovem;
- 6- Registro da execução das ações: descrever as ações realizadas em ordem temporal para visualizar os resultados e concretização do objetivo;
- 7- Avaliação: ao longo e ao final da execução do Plano de Ação de Juventude avaliar os resultados (aspectos positivos e negativos), efeitos, impactos e lições aprendidas com o Plano de Ação de Juventude.

O Plano de Ação de Juventude apresenta-se como uma sequência didática que deve ser trabalhada pelo Professor Articulador e os jovens do grupo, durante todo o ano letivo, em paralelo as discussões das temáticas selecionadas pelos jovens e ao

desenrolar dos conteúdos de componentes curriculares específicos. Acreditamos ser este instrumento um grande estímulo à inserção responsável da juventude em outros espaços pedagógicos da cidade, que se dá através do envolvimento com as questões sociais, diálogo com os munícipes e estabelecimento de parcerias para a execução do plano, marcando assim a atuação da juventude como protagonistas de ações cidadãs.

É importante destacar que a execução satisfatória de propostas pedagógicas interdisciplinares, como apresentada acima, depende da realização de planejamentos coletivos e participação dos docentes em curso de formação continuada.

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola e os órgãos administrativos a que estão vinculadas, invistam na formação de profissionais que trabalham com os jovens, em especial os professores, para que as questões sociais que se expressam de forma acentuada na juventude possam ser discutidas como questões pertencentes ao coletivo e, portanto de responsabilidade de toda a sociedade.

Na formação de docentes é fundamental que sejam consideradas as especificidades da juventude, incluindo-as também no currículo das licenciaturas, para que os princípios da ação-reflexão-ação, presente nas práticas pedagógicas dos professores e destacado por Barreto (2011) como *propiciadores de compreensão da função social da escola e da configuração dos sistemas educativos no contexto da sociedade*, possam se tornar verdadeiramente abrangentes.

Ao promover a formação de professores com um olhar específico para as questões da juventude e incluir em seu currículo, temáticas sociais de grande expressividade e representatividade para o cotidiano dos jovens, entre as quais cultura, trabalho, sexualidade, comunicação e tecnologia, a escola pode se tornar a aliada ideal na luta pelo desenvolvimento da juventude brasileira, pois o uso dessas temáticas em práticas pedagógicas, tendem a provocar a identidade dos jovens com os conteúdos e aproximar o professor do estudante, de maneira que possam contribuir com a permanência dos jovens na escola e com o sucesso escolar dos mesmos.

Considerar estratégias de ensino que permitam negociar com os estudantes os conceitos a serem abordados, respeitar valores, conhecimentos, experiências prévias, a intelectualidade de cada indivíduo, favorecem o protagonismo, a interdisciplinaridade e



sua aceitação como agente transformador do ambiente em que atua. Para Senna (2007) as práticas pedagógicas que valorizam a complexidade cultural em que os sujeitos estão inseridos dão sentido social ao letramento.

O contexto social em que os textos são lidos e produzidos, atribuindo-se a eles valores e representações, possibilita a construção do modelo de *letramento ideológico* que mostra as diversas orientações de uso da linguagem de acordo com as demandas, objetivos e metas presentes em situações diversas de comunicação e nas necessidades de seus participantes (KLEIMAN, 2008).

Desse modo, a escola e os professores, que já desempenham importante papel social, político e cultural na sociedade contemporânea ao favorecerem o processo de socialização dos jovens (BARRETO, 2011), poderão contribuir de forma mais significativa com o processo de letramento dos mesmos, a partir das relações interpessoais firmadas no grupo social e das ligações entre conhecimento e prática, que podem fortalecer identidades individuais e coletivas, assim como evidenciar valores de cidadania e democracia que permeiam o processo de desenvolvimento humano.

## CONCLUSÃO

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano, o roteiro da sequência didática interdisciplinar sugerida e o Plano de Ação de Juventude, são evidenciados nesse artigo com o intuito de socializar práticas educacionais capazes de possibilitar a afirmação da identidade e promover o protagonismo das juventudes. Não se pretende com isso delimitar os espaços de discussão e atuação dos docentes, nem criar uma cartilha específica para ministrar os conteúdos curriculares, mas permitir o diálogo, a troca de ideias e o fazer científico através do pedagógico, garantindo aos professores o espaço de pesquisadores em educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilson Rocha. **O Estado e a Juventude no Brasil: Por onde Andam suas Políticas Públicas?**. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós – Graduação *Lato Sensu*)- Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Faculdade Montes Belos. Brasília, 2009.

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro. A juventude como foco de políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 25-39.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. **RBP**, Porto Alegre, v.27, n.1, p.39-52, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19966/Acessado> em: 11 nov. 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). São Paulo: Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Manual do educador**: orientações gerais. Organizado por Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasília: ProJovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**, 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/> Acessado em: 10 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude - LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) Acessado em: 11 nov. 2013.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. 2 ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

KLEIMAN, Angela B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0803/080304.pdf/> Acessado em 09 nov. 2013

SENNA, Luiz Antonio Gomes. O conceito de letramento e a teoria da gramática: uma vinculação necessária para o diálogo entre as ciências da linguagem e a educação. **Delta**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 45-70, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v23n1/a03v23n1.pdf/> Acessado em 08 nov. 2013.